

DIAGNÓSTICO TURÍSTICO DOS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS NA APA DE PIAÇABUÇU-AL: SOBRE O PRISMA DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS¹

Fabiana de Oliveira Lima²
Fábio Zacarias Santos³
Carla Pereira de Abreu⁴

RESUMO

A prática da atividade turística resulta em complexas implicações para a localidade receptora. Os impactos podem ser positivos, contudo, em áreas de proteção ambiental o turismo pode causar impactos difíceis de reverter. O planejamento turístico funciona como ferramenta para investigação, análise e adequação de ações eficazes para o um melhor aproveitamento dos benefícios do turismo. Partindo de uma perspectiva sistêmica do turismo, foi proposto um estudo para diagnosticar os impactos socioculturais advindos da prática da atividade turística na Foz do Rio São Francisco na APA de Piaçabuçu/AL. Para tanto, focamos nas relações sociais estabelecidas pela prática do turismo e seus impactos numa abordagem a partir dos estudos pós-coloniais. Desse modo, foi possível observar os impactos causados pelo turismo numa perspectiva diversa, que nos ajuda a aprofundar discussões sobre como a população local se relaciona com o turismo e como seus benefícios podem ser usufruídos por ela.

Palavras-chave: Turismo; Foz do São Francisco; Estudos pós-coloniais.

ABSTRACT

The practice of the tourist activity results in complex implications for the receiving locality. The impacts may be positive, however, in areas of environmental protection tourism can cause impacts that are difficult to reverse. Tourism planning serves as a tool for research, analysis and adequacy of effective actions to better use the benefits of tourism. Starting from a systemic perspective of tourism, a study was proposed to diagnose the sociocultural impacts of the practice of tourism in the Foz do Rio São Francisco in the APA of Piaçabuçu / AL. Therefore, we focus on the social relations established by the practice of tourism and its impacts on an approach from post-colonial studies. In this way, it was possible to observe the impacts caused by tourism from a different perspective, which helps us to deepen discussions about how the local population is related to tourism and how its benefits can be enjoyed by it

Keywords: Tourism; Foz do São Francisco; Post-colonial studies.

JEL: Z32

¹ Este artigo resulta de uma Pesquisa PIBIC 2014-2015, realizada no curso de graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas. Posteriormente, a partir da análise dos dados foi acrescentada uma discussão teórica e dos dados sobre o prisma dos estudos pós-coloniais.

² Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas, no curso de Turismo, doutora em Antropologia. E-mail: fa.olilima@gmail.com

³ Discente do curso de Turismo na Universidade Federal de Alagoas foi pesquisador colaborador no projeto PIBIC. E-mail: fabiozacarias2@gmail.com.

⁴ Discente do curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas foi pesquisadora bolsista no projeto PIBIC. E-mail: carlinhapa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O encontro entre diferentes culturas é recorrente na atividade turística, bem por isso, sua prática tem atenção da antropologia desde finais da década de 1960 (SMITH, 1977; GRABURN, 1976, 2009; NASH, 1996), principalmente por sua inevitável intervenção nos modos de organização sociocultural, em destaque, nas comunidades receptoras cujo poder aquisitivo esteja aquém dos seus visitantes. Bem por isso, Nash (1995) entendia que os modos em que a prática acontece possibilita que a reconhecamos como uma forma atualizada de imperialismo, uma repetição do que os tempos de colonização impuseram. Os impactos gerados pelo turismo são inevitáveis e sua compreensão passa por aspectos econômicos, ecológicos, sociais e culturais. Com o intuito de ampliarmos a discussão sobre os impactos socioculturais, buscamos o prisma dos estudos pós-coloniais e colonialidades, a fim de melhor explorarmos as relações sociais que se reproduzem na prática do turismo ou são ressignificadas.

Para tanto, primeiramente foi realizado um estudo dos impactos gerados pelo turismo na Foz do Rio São Francisco, no município de Piaçabuçu, tratando-se de um diagnóstico turístico, a partir de entrevistas semiestruturadas, questionários e visitas de campo. A delimitação para o trabalho de campo foi a Foz do Rio São Francisco, do Município de Piaçabuçu, inserida na Zona de Turismo Ecológico da APA (Área de Proteção Ambiental) de Piaçabuçu. O perímetro total da referida zona corresponde a 6.533m, estabelecendo limite com a Zona de Conservação Especial e a Zona de Conservação da Vida Silvestre. As coletas dos dados ocorreram entre os meses de Novembro de 2015 e Julho de 2016. A partir dos resultados obtidos, optou-se por aprofundar as reflexões desses impactos a partir de teorias que permitam discutir sobre como as vivências e história dos moradores locais com o poder está presente nas suas atuais relações.

Piaçabuçu foi originalmente ocupada por índios, como os Caetés, que já não são identificados na localidade. De acordo com Madalena Zambi (2017, p. 48) “O território alagoano foi significativamente habitado por vários povos nativos”. Contudo, através do “empreendimento colonial, as terras dos habitantes originais foram abarcadas por outro sistema de apropriação orientado, portanto, pela lógica dos colonizadores que afastou e absorveu apenas parte dos habitantes da terra”. O conjunto de rios, lagos, lagoas e também sua extensão do Rio São Francisco,

fizeram da parte sul da Capitania de Pernambuco uma importante área de exploração e navegação.

A partir das concepções expostas, dividimos o artigo apresentando um breve panorama dos estudos pós-coloniais aplicados ao Turismo, seguido da apresentação da metodologia, com discussão dos dados e considerações. Nosso objetivo principal é refletir sobre os impactos socioculturais do turismo na Foz do Rio São Francisco na APA de Piaçabuçu-AL a partir do prisma dos estudos pós-coloniais. Mais especificamente: a) apresentar os principais impactos socioculturais advindos da prática do turismo; b) reconhecer os interesses da população local, do poder público e do trade no desenvolvimento do turismo para local pesquisado; c) identificar apontamentos para aprofundar discussões sobre impactos do turismo e estudos pós-coloniais.

2 TURISMO E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

O turismo desperta o interesse das Ciências Sociais desde a sua expansão, na segunda metade do séc. XX. Tal relevância para seu estudo dá-se principalmente por seus impactos, pois os resultados promovidos pelo encontro de diferentes culturas implicam numa transformação cultural (NASH, 1995).

Dessa forma, compreendemos que o contato entre turistas e população local promove transformações culturais, principalmente porque na prática do turismo vários atores estão envolvidos, dentre eles população local, poder público, trade, turistas. Tal fato corrobora a complexidade do turismo, reconhecida por Victor Turner: *“Tourism has some aspects of showbiz, some international trade in commodities, it is part innocent fun, part a devastating modernizing force. Being all these things simultaneously, it tends to induce partial analysis only”*⁵ (TURNER apud STRONZA, 2001, p. 261).

Todos os atores implicados na produção e consumo do turismo serão impactados. Contudo, a população local é a maior receptora desses impactos, seja por conta da relação com os turistas ou porque irá lidar com projeções de desenvolvimento, investimentos em infraestrutura – ou a falta deles, políticas públicas que destaquem apenas os benefícios econômicos do turismo, entre tantos

⁵ Tradução aproximada: “Turismo tem alguns aspectos do showbiz, algum comércio internacional de commodities, ele é parte alegria inocente, parte uma força moderna devastadora. Sendo todas essas coisas simultaneamente, ele tende a induzir análises parciais, apenas.”

outros fatores. Por isso, mesmo que sempre os benefícios sejam destacados e reforçados nas teorias do planejamento, os efeitos produzidos pela atividade são mais amplos e profundos.

Nash e Smith ressaltam que *“the nature of touristic influence and whether is was good or bad had practical implications for host governments and international agencies interested in development”*⁶ (1991, p. 15). O turismo impulsiona ideias de desenvolvimento e expansão por sua relevância econômica e esse parece ser o foco das políticas públicas e do trade turístico. Bem por isso, ao estudar esse fenômeno precisamos observar aspectos que irão estruturar um turismo mais próximo da sustentabilidade, ou seja, socialmente inclusivo, ecologicamente correto e economicamente viável (SWARBROOKE, 2000). A busca por um prisma que destaque o conhecimento local, as suas relações sociais e os aspectos históricos de sua formação é parte desse intuito de reunir elementos na constituição de um turismo sustentável, refletindo sobre outros subsídios, além dos já conhecidos. Pois os três pilares de Swarbrooke (Idem) já foram e são debatidos nos estudos do turismo. Desse modo, buscamos além, chegando aos aspectos de constituição social.

2.1 Estudos Pós-coloniais

A construção dos saberes de uma sociedade remonta as formas de associação entre os seus grupos, aos modos de transmissão, de estabelecimento de laços ou hierarquização, de organização e seleção do que é mais relevante para sua perpetuação. Esse movimento recebe importantes transformações quando acrescentamos a colonização e o fazer científico. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008) o colonialismo trata-se de uma violência matricial, pois delimita o que é ou não científico, o que é válido ou não enquanto percepção do mundo e ainda, o que é ou não moderno.

Contudo, o pós-colonialismo não intenta separar os diversos tipos de conhecimento, definindo o outro lado como inválido, mas sim, unir, reunir ideias. Assim, Sousa Santos entende pós-colonialismo como

⁶ Tradução aproximada: “A natureza da influência turística e se é bom ou mau tem implicações práticas para governos locais e agências internacionais interessadas em desenvolvimento”.

[...] um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que tem em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (2008, p. 18)

Logo, refere-se à necessidade de aproximação e diminuição dessa diferença na valorização e aplicação entre as epistemologias dos hemisférios Norte e do Sul, constituindo um “exclusivismo epistemológico da ciência moderna”, destacando resistentes ideias colonialistas na forma de produção do conhecimento. Nesse sentido, o autor destaca que tal exclusivismo alimenta as desigualdades sociais, e ainda não possibilita que as relações socioculturais produzidas no Sul sejam estudadas de acordo com a sua própria dinâmica. O Sul “tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzindo contribuições significativas para as ciências sociais” (SANTOS, 2006, p. 13-14). Enquanto continuamos a reproduzir reflexões nos debruçando sobre dados do Sul, mas sempre utilizando exclusivamente o prisma do Norte.

Assim, há uma “emergência pela ecologia de saberes, em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua” (Idem, p. 14). Portanto, sair do exclusivismo epistemológico é abrir-se a novas oportunidades de conhecimento, considerando a história de formação das localidades que estudamos.

Para o turismo essa perspectiva nos afasta de diagnósticos com análises ligeiras que sempre indicam receitas de desenvolvimento local a partir de intervenções que não interessam ou das quais não participa a comunidade. É muito comum realizarmos estudos em localidades com potencial ou atividade turística consolidada e indicarmos intervenções estruturais, construção de hotéis, espaços modernizados de lazer, facilitação de acesso ao turismo, incentivos financeiros ao empreendedorismo, entre outros: sempre reproduções dos conhecimentos do Norte de como constituir um destino turístico rentável. Mas, sendo o turismo muito mais que isso e assumindo diferente identidade em cada localidade em que se apresenta, há que se observar para além das concepções de desenvolvimento. Há que se olhar para a população local.

Também é olhando para a população local e estando com eles, vivenciando parte de suas experiências que vamos nos aproximar da compreensão de conceitos simples do cotidiano (GERRTZ, 1997). Reconhecer as diferenças é princípio básico

de aproximação, entendendo que por muitas vezes ainda não temos a habilidade de interpretar ou mesmo apreender os modos de expressão desses habitantes. Muitas vezes também vamos reproduzir nos nossos diagnósticos o que já esperávamos encontrar: um conjunto de problemas, no caso da APA de Piaçabuçu, referentes ao descumprimento do Plano de Manejo, a poluição, ao pouco retorno do turismo à população local por falta de planejamento. Porém, há situações históricas que estão refletidas nas dificuldades de melhor usufruírem dos benefícios do turismo, de modo que eles não estejam concentrados num pequeno grupo dominante.

Retomando Zambí (2017), ao observarmos a história de formação do estado de Alagoas remontamos o colonialismo e sua apropriação do território, da cultura, do saber. Fatos que são reproduzidos nos arranjos do turismo local e estão nos seus modos de fazer esse turismo. Portanto, sem reconhecermos como se dão as formações dos laços ou nós que irão construir a base do turismo, não iremos sair das projeções em papel e o turismo nessas áreas continuará exclusivista.

3 TURISMO NO MANEJO DO PATRIMÔNIO NATURAL

Hoeffel (2008, apud REIS et al) destaca o meio ambiente “como um espaço de intersecção e competição entre diferentes definições sociais e culturais”. A competição em questão trás consequências para a região. Deve-se observar cada parte envolvida e as consequências para cada uma. É importante lembrar que quando se trata de meio ambiente, envolve-se não só o ambiente natural, mas também as questões socioculturais que têm ligação direta ou indireta com esta natureza. Por esse motivo, deve-se observar com cuidado e atenção os impactos absorvidos por todas as partes envolvidas e suas consequências social, cultural e ambiental.

Por sua vez, Swarbrooke (2000, p. 55), compreende ecoturismo como “aquele em que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população local”. Logo, é uma prática de destaque à contemplação e apreciação, adequada às APA a fim de resultar num turismo sustentável (SILVEIRA, 2001 apud CANDIOTTO, 2013, p.51) “aquele que deve atender às necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades”.

Contudo, os espaços naturais utilizados pelo turismo são alardeados como paraísos de repouso e descanso, mas sem enfatizarem a necessidade urgente de preservação e conservação dos recursos, havendo assim maior rigidez no cumprimento das regras estabelecidas por órgãos responsáveis pelo tema.

Na visão do autor, o que está em disputa são a natureza e a gravidade das ameaças ambientais e suas dinâmicas, a prioridade de uma questão sobre a outra, as formas adequadas para melhorar ou mitigar o que foi definido como problemático e as possibilidades para influenciar os detentores do poder a aceitarem a responsabilidade pela implementação de soluções. As partes envolvidas nessa disputa incluem, dentre outros atores, setores da indústria, do governo, empresários, planejadores, cientistas, grupos ambientalistas, organizações comunitárias e de base e população afetada.

Dessa forma, é notório que as possibilidades de conflitos socioambientais pelo uso dos recursos naturais entre esses setores supracitados aconteçam. Por exemplo, temos esta observação sobre o Sistema Cantareira, também localizado numa APA:

O conflito pode ser claramente evidenciado nas atuais propostas de uso para o Sistema Cantareira, em especial no entorno dos reservatórios. Apesar das restrições impostas pela legislação ambiental vigente e por se tratar de uma APA, usos econômicos diversos, muitas vezes inadequados para a área, vêm sendo sugeridos e instaurados, gerando impactos socioambientais e culturais que precisam ser adequadamente analisados (REIS; HANNIGAN; FADINI; MACHADO, 2008, p.137).

Em grande parte das vezes, os projetos de ecoturismo irão destacar os aspectos estéticos implicados, negligenciando as obrigações de quem visita. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, “a retórica desses projetos está hoje ligada a uma tentativa de controle de zonas florestais e costeiras, onde o ambiente constitui um recurso central para a valorização econômica da zona. Os paraísos para turistas contrastam com as estratégias de sobrevivência dos habitantes dessas zonas” (SANTOS, 2006, p. 54).

Os conflitos se iniciam nos interesses. São estabelecidos parâmetros para o diálogo, mas unilateralmente. Ou seja, aqueles que pretendem intervir no ambiente é que definem como essa relação será empreendida – o que não impede as reivindicações. Para Santos, o caminho para amenizar impactos no ambiente

(incluindo a população local) é definir “regras de manutenção e preservação do ambiente e que estas sejam cumpridas”. Mas reforça que para tal, se faz necessário:

[...] saber quem define essas regras e através de que processos, com participação de quem, quem dispõe da autoridade e legitimidade necessárias para as fazer cumprir e quais os meios utilizados para fazer cumprir, não são questões pacíficas (SANTOS, 2006, p. 55).

Embora seja uma atividade com capacidade transformadora, não significa que seus movimentos beneficiem sempre a população local. A utilização de um planejamento que oportunize ouvir a voz dos principais atores é uma das condições.

Enfim, compreendemos que o turismo sustentável busca incluir e conjugar interesses diversos, a fim de que os recursos naturais sejam preservados para gerações futuras. Entretanto, equacionar interesses tão distintos pode ser muito difícil, culminando na prevalência dos interesses daqueles que tenham maior e melhor condição de atuação.

4 TRILHAS PERCORRIDAS PELA APA DE PIAÇABUÇU-AL

A origem de seu nome “vem desde o início do povoamento. Tem origem indígena: “piaçava” (palmeira). “guassu”, grande. Foi motivado pela abundância de palmeiras. Em maio de 1882 foi elevado à categoria de Vila, sendo desmembrado do Município de Penedo” - extremo sul de Alagoas, divisa com Sergipe – (IBGE/SEPLANDE, 2014, p. 4). Sua população ultrapassa os 17.000 habitantes, que convivem com um IDH 0,572, além de diversos problemas de saneamento básico e evasão na educação. (IBGE/SEPLANDE, 2014).

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental de publicações sobre a prática do Turismo Sustentável e Ecoturismo, e o que a Organização Mundial de Turismo prevê para a prática do Turismo Sustentável e seu desenvolvimento, visando uma melhor compreensão da regularidade legal desse tipo de atividade em perspectiva mundial; Também foi feita o estudo do Plano de Manejo da área da APA de Piaçabuçu-AL, com o intuito de conhecer quais atividades turísticas são permitidas na área.

Foram realizadas três visitas com os seguintes propósitos: 1º) percorrer todo o trajeto da Zona de Turismo Ecológico da APA, reconhecendo a localidade que se constitui no cenário de maior frequência das atividades do Turismo de Massa; 2º)

percorrer todo o trajeto da Zona de Conservação da Vida Silvestre, com a visita ao Instituto de Conservação Chico Mendes (ICMBIO), que está localizado nesta mesma Zona, visando conhecer suas principais ações, projetos, fiscalização e as demais demandas que compete ao Instituto. Ressaltamos que nesta Zona é onde se encontra grande parte de instalações residenciais, comerciais, com um alto fluxo de visitação aos finais de semana; 3º) também percorrer o trajeto da Zona de Uso Alternativo e toda área do porto da cidade de Piaçabuçu-AL, por ser desse local a saída de todos os passeios de barco. Neste ponto está localizado o Terminal Turístico da cidade, comportando vários restaurantes, estaleiro e grande concentração de pescadores, barqueiros e os Agentes de Informações Turísticas.

Por não termos encontrado referências em quantidade satisfatória sobre trabalhos desenvolvidos na APA, foi utilizada a investigação exploratória. A pesquisa exploratória objetiva segundo Lakatos e Marconi (2010), o desenvolvimento de hipóteses e uma aproximação do pesquisador com o fenômeno e ambiente estudado para o desenvolvimento de uma pesquisa mais precisa no futuro.

A abordagem utilizada foi qualitativa, visto que permite de forma mais completa captar as características do objeto da pesquisa, pois este não pode ser traduzido em números ou indicadores quantitativos. De acordo com Gonzáles Rey (2005) a pesquisa qualitativa não é definida pelo tipo de dados que são coletados, mas pelo processo de construção do conhecimento a respeito desses dados, pela interpretação que se terá das informações coletadas do objeto a ser pesquisado.

As técnicas de procedimento utilizadas para a coleta de dados foram a observação, que objetivou identificar características da região da APA, reconhecendo seus atrativos naturais; Também estabelecemos breves entrevistas semiestruturadas com alguns turistas em visita à Zona de Turismo Ecológico (Foz do Rio São Francisco), não se tratando de uma amostra probabilística.

As entrevistas com os turistas buscaram as seguintes informações: o conhecimento destes sobre o fato da área visitada ser uma área de proteção ambiental; o seu conhecimento sobre ecoturismo; a busca do turismo sustentável em suas viagens; o interesse sobre a implantação de atividades do ecoturismo na localidade. Nesta etapa da pesquisa foram feitos, registros por fotografias e anotações de fenômenos relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, foi realizada entrevista semiestruturada com o barqueiro Zé Ru, que também foi guia durante uma visita e possibilitou a vivência de um dos seus dias de trabalho, trazendo observações sobre como o turismo se desenvolve na APA de Piaçabuçu e aplicados questionários com 21 pescadores diretamente na Colônia Z19, a fim de melhor reconhecer o cotidiano da população local.

5 PLANO DE MANEJO DA APA DE PIAÇABUÇU: REGRAS E CONTRAÇÕES DOS TURISTAS, GESTORES E POPULAÇÃO LOCAL

A partir da leitura do plano de manejo da APA de Piaçabuçu-AL, podemos identificar quais os atores envolvidos no processo de proteção dos recursos naturais, sendo responsável por toda região da APA, Unidade Gestora Responsável (UGR): Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE), que está situado no endereço: Sede Avenida Beira Mar, s/n, Pontal do Peba, Piaçabuçu/AL CEP:57.210-000, e que trabalha em parceria com outras instituições no trabalho de fiscalização, são eles: Capitania dos Portos, Batalhão de Polícia Florestal, Polícia Militar, Polícia Federal, IBAMA, e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). A fiscalização é mais voltada para o combate ao desmatamento e ocupação irregular, para o defeso de camarão e lagosta, para o uso do solo e pesca na piracema, no Rio São Francisco. Ocorre também conforme a demanda existente e denúncias.

A Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu é uma Unidade de Conservação localizada no município de Piaçabuçu, no estado de Alagoas. A APA foi criada pelo Decreto n.º 88.421, de 21 de junho de 1983 e possui uma superfície de 8.751,9752 há. O Plano de Manejo divide a APA em zonas, nas quais são aplicadas diferentes regras. São elas: Zona de Conservação de Vida Silvestre, Zona de Conservação Especial, Zona de Expansão Urbana, Zona de Turismo Ecológico, Zona de Turismo Socioambiental Comunitário e Zona de Uso Alternativo.

Desta forma as respectivas Zonas têm como premissa atividades específicas e diferenciadas, sendo permitido as seguintes atividades:

- a) Zona de Conservação da Vida Silvestre:

Trânsito de veículos motorizados de pessoas da comunidade; O lançamento de rede à deriva com malha de acordo com a legislação SEAP/Ibama; Pesca de linha para subsistência, desde que devidamente autorizado (com carteirinha); Educação ambiental; Pesquisa; Caminhadas; Banho; Surf, caiaque, etc; Trilhas interpretativas; e Veículos motorizados para pesquisa, e fiscalização e atividades licenciadas (ICMBio, 2010, p. 3-24).

b) Zona de Conservação Especial:

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Turismo ecológico, sem uso de veículos motorizados; e reforma, manutenção e ampliação das edificações existentes, mediante anuência ou licenciamento”. (ICMBio, 2010, p. 3-26) E fica permitido: “Pesca de subsistência; Agricultura e pecuária de subsistência e pequeno comércio; Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Extração de frutas nativas; Pesquisas; e Manutenção das monoculturas já existentes”. (ICMBio, 2010, p. 3-26).

c) Zona de Turismo Ecológico: São de uso restrito as seguintes atividades: “Turismo controlado; e Instalações móveis para comércio. [...] Fica permitido: Contemplação; Caminhadas; Educação ambiental; e Banho”. (ICMBio, 2010, p. 3-29)

d) Zona de Turismo Socioambiental Comunitário:

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: Veículos motorizados para fins de pesquisa; Construções para atendimento ao turista; Construção para produção; Camping; Pesca é permitida apenas para a comunidade Pixaim; Coletas de frutas silvestres, apenas para a comunidade Pixaim; Captura de crustáceos e peixes, apenas para a comunidade Pixaim; Reformas das instalações existentes para os nativos, nos mesmos padrões já existentes, sem uso de material de alvenaria; e Pecuária (caprino e ovino) e agricultura de subsistência (ICMBio, 2010, p. 3-32).

Nesse caso, são permitidos: “Trilhas Interpretativas; Educação ambiental; Turismo apenas de base comunitária; Pesquisas; Contemplação de aves; Poço de água potável (cacimbas); e Instalação de módulos sanitários de forma adequada para o local”. (ICMBio, 2010, p. 3-32) .

e) Zona de Uso Alternativo:

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Aquicultura, com espécies nativas; Coleta de lenha seca somente para uso doméstico; e Retirada de areia, desde que autorizado pela APA”. (ICMBio, 2010, p. 3-35) Fica permitido: “Ecoturismo; Pecuária; Agricultura; Apicultura; e Monocultura”. (ICMBio, 2010, p. 3-35).

f) Zona de Expansão Urbana ficam definidas as seguintes normas:

1) Serão admitidas construções e edificações nesta zona. – As construções e edificações devem ter até no máximo dois pavimentos; Só poderão ser erguidas novas construções e edificações em locais com previsão de infraestrutura pública básica (pavimentação, saneamento, iluminação pública, entre outros) –; 2) Não será permitida a instalação de empreendimentos de grande porte, tais como: hotéis e pousadas com mais de 30 leitos; 3) A instalação de empreendimentos ou realização de atividades potencialmente poluidores demandam licenciamento ambiental, a ser realizado pelos órgãos ambientais do estado - A emissão de licença ambiental para esses empreendimentos e/ou atividades deveser contar com anuência da gerência da APA –; 4) A criação de animais como ovelhas, porcos e gado só será permitida desde os animais fiquem permanentemente confinados. ; e 5) Será admitido o uso de tapagens com arte e pesca. – As tapagens não poderão promover obstrução total da área (ICMBio, 2010, p. 3-38).

Portanto, cada Zona deverá receber uma atenção diferenciada no modo de trabalhar o turismo. As atividades do ecoturismo possivelmente implantadas deverão seguir as normas determinadas no Plano de Manejo, simultaneamente aproveitando as diversas características das diferentes regiões.

5.1 Visita à zona de turismo ecológico

Contudo, observa-se que as regras criadas não se apresentaram muito bem compreendidas pelos que residem, visitam ou ofertam serviços na APA de Piaçabuçu, mais especificamente, na Zona de Turismo Ecológico, pois numa das visitas, conseguimos observar e registrar com fotos duas tartarugas mortas nessa mesma zona. E segundo o relato do barqueiro e pescador, Zé Ru que nos acompanhou, uma dessas tartarugas foi morta por atropelamento de quadriciclo, salientando para nós, as marcas dos pneus na carcaça do animal. Isso ocorre porque há grande assédio por parte de donos de bugres e quadriciclos que oferecem esse tipo de serviço irregularmente nessa zona, sendo agravante o fato de que todas as pessoas que conduziam os veículos não tinham se quer a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), pois eram todos na faixa etária abaixo de 15 anos.

Figura 1 - Casco de tartaruga atropelada na Zona de Turismo Ecológico



Nessa visita também realizamos breves entrevistas semiestruturadas e ao final de todos os diálogos observamos que a maioria dos turistas não tinha conhecimento algum dos temas abordados na conversa antes da viagem, como ecoturismo e sustentabilidade e que só ficaram sabendo através dos agentes de informações turísticas da localidade. Por um lado, a visita torna-se um meio de conhecer mais sobre preservação e conservação. Por outro lado, os turistas que buscam a APA não sabem das necessidades para sua visita.

Figura 2 – Início da Zona de Turismo Ecológico de APA de Piaçabuçu



Sobre o interesse na implantação de atividades do ecoturismo as respostas ficaram divididas entre os que disseram ser suficiente do modo que está, ou seja, sem atividades além do comércio já existente; os que disseram ter atividades

demais na região, reprovando ainda a atividade dos quadriciclos já existente no local (que contraria o Plano de Manejo); e os que acreditam que atividades que os ajudassem a chegar mais perto do encontro do rio com o mar (no fim da extensão da Zona de Turismo Ecológico) seriam bem-vindas desde que não degradassem a natureza. Nesse sentido, a compreensão geral verbalizada foi positiva, embora haja procura pelas práticas contrárias às regras, muito por desconhecimento. O ICMBio poderia realizar ações mais efetivas de comunicação tanto com os turistas quanto com a população local.

5.2 Visita à zona de conservação da vida silvestre

A visita à Zona de Conservação da Vida Silvestre localizado no povoado Pontal do Peba Piaçabuçu-AL, teve como foco principal a apresentação sobre a área da APA de Piaçabuçu, a atuação do turismo nela e apresentação do Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em um primeiro momento, ao chegarmos à área da praia nos deparamos com uma tartaruga marinha morta na areia e muito lixo espalhado por toda extensão da borda praiana. Esse foi um dos aspectos negativos gerados pela ação humana, entre outros como: construções irregulares em toda extensão, falta de infraestrutura básica (saneamento, abastecimento e coleta de lixo), falta de fiscalização em parceria com outros órgãos públicos e a sociedade civil, turismo de massa desordenado, falta de sinalização e informação sobre a APA e pesca predatória. Ao chegarmos ao escritório do “ICMBio”, fomos recebidos pela diretora regional, em que ela nos apresentou o instituto e também nos informou sobre suas ações realizadas no local, seus desafios de gestão e informações sobre a APA. Ações realizadas pelo instituto são: renovação do “Conselho Consultivo”, que estava parado desde 2003; realização de reuniões comunitárias, reuniões com pescadores e educação ambiental; possibilidade de articulação com outras instituições e proposta de alteração no período de defeso do camarão. Desafios de Gestão: implementação do conselho, busca por participação na iniciativa privada, notificação dos empresários e sua conscientização. O instituto procura também promover o desenvolvimento socioambiental.

Quanto ao turismo foi percebido que no local existe pouca infraestrutura e de baixa qualidade, mas que há um enorme campo para realizações de atividades

turísticas sustentáveis, tendo em vista que o local apresenta particularidades no âmbito sociocultural, pois dentro da APA encontra-se uma comunidade quilombola (Comunidade do Pixaim), porém segundo a diretora não tem participação nenhuma dos empresários e da população local no desenvolvimento de planos que fomentem o turismo sustentável no local.

Desse modo, percebemos que há a necessidade de desatar vários nós antes de serem estabelecidos laços de colaboração no fomento do turismo sustentável e também no cumprimento das regras definidas no Plano de Manejo.

5.3 Visita à zona de uso alternativo e porto da cidade e pesca

Na Zona de Uso Alternativo e do Porto da Cidade, fomos recepcionados e acompanhados por morador local que reside no município de Piaçabuçu o senhor “Zé Rú” que há mais de vinte anos que exerce a profissão de pescador e barqueiro. Percorremos todo o trajeto dessa área e lá, mais uma vez podemos constatar uma realidade totalmente contrária vista nos conceitos já publicados referentes ao Ecoturismo e Turismo Sustentável, além do desrespeito ao Plano de Manejo da referida APA.

Há notável quantidade de lixo na borda do rio, esgotos sendo despejados diretamente no leito do rio sem nenhum tipo de tratamento, várias construções irregulares em toda área do porto e do estaleiro, a deficiência na coleta do lixo, o acúmulo de lixo em vários pontos da Zona e do porto. Somam-se ainda a falta de fiscalização, uma pequena quantidade de barqueiros que se preocupa com a saúde do rio e da comunidade - pois nesta visita foi visto enquanto fazíamos o trajeto vários barqueiros e pescadores jogando lixo no rio ou limpando peixes e jogando suas vísceras na água.

Quanto ao porto, algumas das pessoas que abordam os turistas são, segundo o barqueiro que guiou a visita, meninos de rua que buscam ser recompensados por conseguir clientes para certos barcos. Apesar de haver registros para barqueiros trabalharem com o turismo, podem ser encontrados muitos não registrados fazendo o serviço. Algumas das reclamações recorrentes, de acordo com o barqueiro são a falta de organização, a grande disputa entre barqueiros, falta de fiscalização, o fato de algumas empresas de turismo escolherem apenas alguns barqueiros sem nenhum critério – o que fez, com que o barqueiro guia da visita escolhesse não mais

trabalhar em parceria com agências –. Foi visitada uma área próxima à destinada ao turista, que não é frequentada por ele; mesmo estando bem perto de onde é feito o embarque para visitar a foz.

Os dados obtidos com os questionários realizados com a população local (vinte e um pescadores) constataram que todos possuem o ensino fundamental incompleto, todos são autônomos e com uma média mensal de até um salário mínimo. Também constatamos que somente eles em sua família desenvolvem alguma atividade remunerada. Ao serem questionados sobre a sua relação com o rio, foram unânimes ao relatar que foram criados e criaram seus filhos através do rio (pesca) e que até hoje sua sobrevivência depende dele e muitos não percebem que exista desenvolvimento econômico do turismo para a população local, ou seja, esse incremento não os alcança. A atuação do poder público foi apresentada por eles como pontual, não há políticas efetivas direcionadas às comunidades que recebem os turistas, incentivando a um melhor aproveitamento da atividade.

De modo geral, o centro da cidade ou as comunidades que recebem os turistas, como a Comunidade Quilombola do Pixaim, não possuem qualquer incentivo, orientação ou condição básica para melhorias na recepção desses visitantes e geração de renda através dessa atividade, com possibilidades de ampliação e melhor distribuição entre a população local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que a prática do turismo é geradora de renda para a população local, quando o turismo é bem planejado. Mas não podemos negligenciar a formação histórica do lugar e suas implicações. O modo de desenvolvimento do turismo na Foz do Rio São Francisco dá-se paralelo à vida da população local, que pouco participa. Por vezes, como informantes turísticos ou vendendo cocadas – embora as chocadeiras da Foz tenham origem sergipana em sua maioria e fazem o trajeto diariamente.

A população passa a margem do turismo, sem conseguir ainda se encaixar nesse processo. A partir da entrevista e vivência com o sr Zé Rú podemos observar que a disputa por território é presente entre os barqueiros e entre os informantes informais. O fato é que o turismo beneficia diretamente as agências emissoras, que estão localizadas em Maceió, trazem os turistas com tempo limitado, costumam

intervir nos horários de saída e chegada das embarcações que fazem o trajeto da orla da cidade até a foz do São Francisco e não costuma levar o maior grupo de turistas, que vêm de ônibus executivo, para o centro da cidade. O resultado é um turista que, em sua maioria, tem um contato extremamente superficial com a localidade visitada e passa direto ao ponto onde uma embarcação já escolhida pela agência fará o trajeto.

A população em geral não é beneficiada, isso devido a ausência de planejamento das atividades turísticas e pelo fato de não considerarem a participação dos moradores como ponto de partida para os bons resultados do turismo. Pois, após os passeios de barco à foz, os turistas almoçam num único restaurante, sem contato com o comércio local – o centro da cidade é mostrado da embarcação, já no passeio, apenas como um detalhe. O território enquanto patrimônio é disputado, mas não pertencido culturalmente pela população local.

Podemos observar indicadores de um turismo que reproduz o patrimonialismo (AMARAL, 2015), que dificulta os grupos locais assumirem o processo turístico, como colocado por Grünewald (2015) em sua experiência com a Terra Indígena Pataxó. Trata-se de uma localidade que muito espera do poder executivo – elemento de destaque na concepção dos direitos e deveres brasileiros (AMARAL, 2015), que pouco dialoga a fim de intervir no que concerne à qualidade de vida. Por tudo isso, é preciso que reflitamos sobre caminhos para o “rompimento com a lógica da colonialidade” (BALESTRINI apud AMARAL, 2015, p. 20) num processo de decolonização.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. P. P. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. Dissertação (Mestrado Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2015.
- AMORIM, E; UMBELINO, J; COSTA, C. Reflexões sobre a relação entre a educação superior em turismo com a função de gestão e planejamento dos destinos turísticos. **Revista Turismo, Visão e Ação – Eletrônica** – v. 15, n. 3, p. 312-321, 2013.
- BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papyrus, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caminhos do Futuro: ecoturismo**. São Paulo: IPSIS. 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANDIOTTO, L. Considerações Sobre o Conceito de Turismo Sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n.16, p. 48-59, 2013.

DENCKER, Ada de F. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson Learnig., 2005.

ICMBIO. **Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MATTEO, K; et al. **Zoneamento Turístico do Baixo rio São Francisco no Estado de Alagoas**. Brasília: Editora IABS, 2013.

NASH, D. Prospects for tourism study in anthropology. In: AHMED, A; SHORE, C. (Ed.). **The future of anthropology**: Its relevance in the contemporary world. The Athlone Press: London, 1995, p. 179-202.

NASH, D. SMITH, V; **Anthropology and tourism**. Annals of Tourism Research. Vol 18, 1991. p. 12-25.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

RUSCHMANN, Doris. **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SANTOS, B. S. Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, n. 6, 2006.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Travessia: revista de ciências sociais e humanas**, n. 6, 7, p. 15-36, 2008.

SEPLANDE/AL. Perfil Municipal – Piaçabuçu. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

STRONZA, A. Anthropology of tourism: forming new ground for ecotourism and other alternatives. **Annu. Rev. Anthropol**, v. 30, p. 261-83, 2001.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000

ZAMBI, M. **Representações Moventes**: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da Foz do rio São Francisco-AL. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.